

O DESAFIO DE INTEGRAR AS DUAS FACES DE UMA MESMA CIDADE

Com a finalidade de levantar propostas e soluções para a integração das favelas do Rio de Janeiro à "cidade formal", a Secretaria de Habitação e o IAB-RJ promoveram o concurso Favela-Bairro, que mobilizou grande número de arquitetos. Aqui a avaliação de Cristiane Rose Duarte, uma das participantes.

Quando o concurso Favela-Bairro, promovido no ano passado no Rio de Janeiro, lançou um debate sobre a institucionalização de bairros populares, muita gente se deparou com a dificuldade de definir, com exatidão, o real significado de "favela". Hoje, a favela não pode ser definida apenas como um grupo de casas construídas por quem não tem onde morar (mesmo porque há os que a escolhem por opção). O termo adquiriu um leque de significações, que vão das invasões de terrenos desocupados aos loteamentos clandestinos promovidos por organizações imobiliárias bem-sucedidas, distanciadadas das populações carentes que, por sua vez, investem tudo o que possuem na luta por melhores condições de existência.

Comumente, grande parte das pessoas tenta definir a favela usando a oposição do que se denomina de "cidade formal", empregando para isso o artifício de enumerar as contradições existentes entre um lado e outro do universo urbano. Essa visão da favela, aliás, não é recente. Ela já era usada na década de 70 e faz emergir a forte barreira existente entre o lado "oficial" e o lado "informal" da cidade, como duas faces distintas de uma mesma moeda, condenadas a nunca se encontrar.

A verdade é que agora, já consolidadas no quadro urbano, as favelas transformaram-se em verdadeiras cidades auto-suficientes, cujo número de habitantes supera, em muitos casos, a população de diversas capitais de Estado. Alojadas na informalidade do sistema, essas "cidades informais" desenvolveram engrenagens complexas, dinâmicas sociais particulares, linguagem espacial peculiar e mecanismos próprios de economia, poder e dominação.

Ao longo da história das intervenções

públicas em sítios urbanos, as favelas foram muitas vezes esquecidas, outras vezes renegadas e escondidas; ou ainda vistas como cânceres e extraídas dos centros das cidades em verdadeiras cirurgias urbanas. No entanto, nos meados da década de 80, enquanto alguns agentes governamentais faziam "vista grossa", ignorando as sucessivas ondas de invasões irregulares e (nem sempre) espontâneas de terrenos públicos e privados, viram-se surgir, no horizonte das políticas habitacionais, tentativas de renovação, que refletiam a urgência de se pôr em prática novos meios de gestão da crise urbana.

E o caso, por exemplo, de Belo Horizonte, ou de São Paulo, onde, a partir de 1989, o poder municipal retoma a questão habitacional, efetuando urbanização de favelas e recuperação de cortiços pela prática da autogestão. No Rio de Janeiro, a oficialização de novas regiões administrativas correspondentes a quatro grandes complexos de favelas marcou o início de novas experiências, hoje já previstas no Plano Diretor da cidade. Com essas mudanças de atitude diante das questões das submoradias urbanas, os poderes públicos começaram a reconhecer oficialmente a inevitável existência das favelas e a agir para proporcionar melhores condições de existência a seus moradores.

Abertos os caminhos em busca de novas soluções, faltava ainda elaborar as formas de integração dessas favelas à cidade formal, de maneira a evitar a exclusão cultural e social de seus moradores. Seria algo como achar a melhor fórmula de fundir os dois lados da mesma moeda sem ferir a identidade de uma e de outra parte.

Para tanto, a Secretaria Extraordinária de Habitação do Município do Rio de Janeiro realizou, em junho de 94, um concurso de propostas metodológicas para intervenções em favelas cariocas. Organizado pelo IAB-RJ e aberto às equipes de arquitetos e urbanistas estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro, o concurso recebeu inscrição de 34 equipes, mobilizando cerca de 150 profissionais (o que representa uma aceitação bastante significativa em relação ao pequeno número de escritórios dedicados ao tema da habitação popular no Estado do Rio de Janeiro).

Posteriormente, cada uma das 15 equipes vencedoras foi contratada pela prefeitura, através do Iplanrio, para atuar em uma favela da cidade e pôr em prática a metodologia proposta. Está prevista para isso uma verba do BID que, numa etapa posterior, ampliará o programa para um número mais elevado de favelas.

No que concerne à atitude do poder municipal, existe uma grande coerência entre as intenções proclamadas pelo secretário extraordinário da Habitação do Rio de Janeiro, arquiteto Sérgio M. Lhães, e a importância atribuída ao concurso. Afinal, se a proposta é transformar a favela em um bairro oficial da cidade, nada mais lógico do que dar à "cidade informal" o mesmo tratamento do resto da malha urbana, incluindo o direito de ser objeto de projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos do mais alto nível.

A convocação de escritórios de arquitetura para reflexões acerca de metodologias de intervenção em favelas constitui, por si só, uma inovação. Significa, entre outras coisas, incorporar a "cidade informal" como "cliente real" dos escritórios de arquitetura e não mais apenas como objeto de intervenção do poder público. Indiscutivelmente, é um novo mercado que se abre, apesar da previsível dificuldade que alguns profissionais terão em eliminar aquela velha imagem paradigmática do arquiteto que possui "clientes ricos e famosos".

Propostas do concurso

Os painéis que foram apresentados pelas equipes representam uma radiografia da visão que arquitetos e urbanistas têm do fenômeno favela, no momento em que se faz apelo a uma reflexão sobre a crise urbana. Já possuem, por isso, um valor histórico que não deve ser negligenciado. No entanto, a análise dos painéis das 15 equipes vencedoras emergirá uma série de questões que poderão ser respondidas com o desenvolvimento dos trabalhos, mas que já podem ser comentadas a partir das propostas metodológicas apresentadas no concurso: como transformar uma favela em um "bairro oficial" sem impor moldes externos nem ferir sua identidade?

de? Quais as melhores formas de atuar em seu aspecto físico, tratar de suas questões fundiárias, dotá-la de saneamento básico e serviços urbanos? Como enfrentar as especificidades da questão ambiental na favela e garantir uma harmoniosa inserção em seu sítio paisagístico? Estaríamos assistindo ao nascimento de um novo tipo de planejador urbano? Como aliar a "autogestão assistida" às práticas já elaboradas pelos moradores de favelas ao longo de décadas de descaso por parte do poder público?

Analisando as propostas das equipes selecionadas, depara-se, logo de início, com a surpresa da heterogeneidade no perfil dos profissionais que as constituem, que vão desde nomes já consagrados da arquitetura brasileira até arquitetos recém-formados. Da mesma forma, a abordagem do tema e a programação visual dos painéis são bastante diferentes umas das outras. Mas nem tudo são disparidades. As propostas metodológicas são desenvolvidas basicamente a partir de cinco eixos principais: a questão da participação social; os fatores de convivência e integração; os problemas legais e fundiários; a questão do meio ambiente e as soluções físicas de infraestrutura e serviços.

Participação social

A maioria das propostas se inicia sublimando a relevância da participação do ator social no processo projetual. Parece ser consenso geral que, participando da (re)construção de seu hábitat, as comunidades estarão também construindo sua própria cidadania. Apesar de a importância da participação comunitária em projetos habitacionais já ter sido aclamada desde a década de 70, o que se verificava, na prática, era uma grande quantidade de ações assistencialistas que acabavam por comprometer o sucesso de projetos bem-intencionados. Desta vez, partindo dos próprios profissionais que, pelo que se anuncia, terão autonomia na forma de trabalhar, essas ações parecem bem mais próximas do exequível.

Fatores de integração

A questão da interlocução entre a favela e os bairros do seu entorno imediato foi objeto de preocupação da maioria das equipes. Algumas projetaram centros de atividades e comércio na fronteira entre a favela e os bairros "oficiais", de maneira a permitir o convívio de moradores de ambos os lados por meio de ativida-

des sociais comuns. Ainda aparece em diversos trabalhos a busca de mecanismos que fomentem o desenvolvimento da identidade cultural das comunidades com a valorização da imagem coletiva e das especificidades da favela.

É interessante notar a enorme distância existente entre a época em que era aplaudida a colocação de grandes outdoors escondendo a favela da visão de quem passasse pelas ruas da cidade e este momento em que é proposta a valorização de sua imagem como expressão de cultura popular.

Com relação à integração interna, foi possível encontrar um grande número de propostas que parte do que foi chamado de "pontos de encontro", "centros de bairro", "locais de integração" ou "pontos de referência". Numa reedição do ágora grego, esses locais de convergência social seriam, pelas propostas apresentadas, os pontos-chave de vida desses bairros, locais privilegiados para manifestações culturais, comércio, encontros e brincadeiras de crianças.

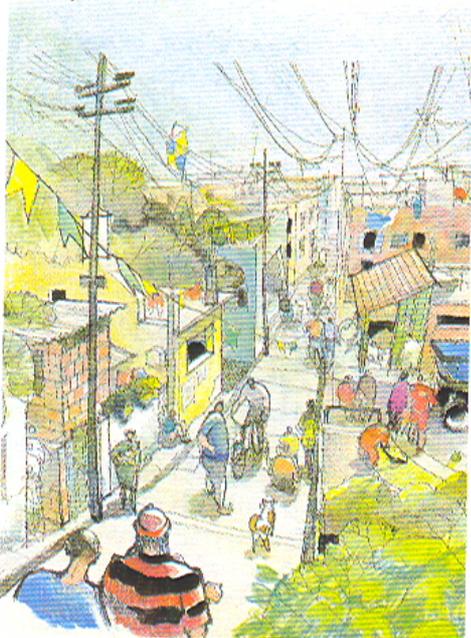
De fato, a forma de usar os espaços livres nas favelas é bastante peculiar. Além das heranças culturais, sabe-se que, provavelmente pela falta de espaço no interior das habitações, a população costuma fazer das ruas verdadeiros palcos onde se desenrolam relações sociais e atividades de lazer. Muitas equipes entendem que a reativação desses locais parece ter o poder de proporcionar estímulos passíveis de desenvolver sentimentos de apego ao lugar, necessários à adoção do projeto por parte dos moradores.

Aspectos legais e fundiários

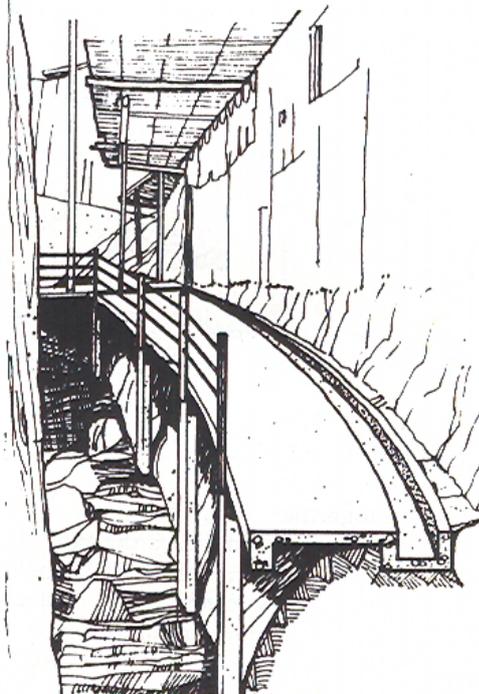
No que diz respeito aos aspectos legais e fundiários, a maioria das equipes sustenta a criação de legislação específica para disciplinar o crescimento das construções no interior da favela. Trata-se, evidentemente, de uma questão delicada, que deve ser objeto de negociação com as comunidades; é preciso, também, evitar ações paternalistas, como a suspensão de impostos, por exemplo. Além disso, é necessário que se tenha em mente os riscos do "inchamento" desses bairros, pois sabe-se que a notícia de uma intervenção em um assentamento espontâneo, principalmente se acompanhada de titularização da propriedade, pode gerar expectativas que se traduzem em forte aumento populacional na favela.

Paisagismo e meio ambiente

A paisagem da favela é vista pelas equipes como fator passível de fortale-



*Equipe de Cristiana Rose Duarte
A favela passará a ser reconhecida como um bairro oficial do Rio de Janeiro*



Equipe de Luiz Felipe P. C. Barbosa: substitui escadarias por ladeiras ou rampas, com canaletas associadas para drenagem superficial

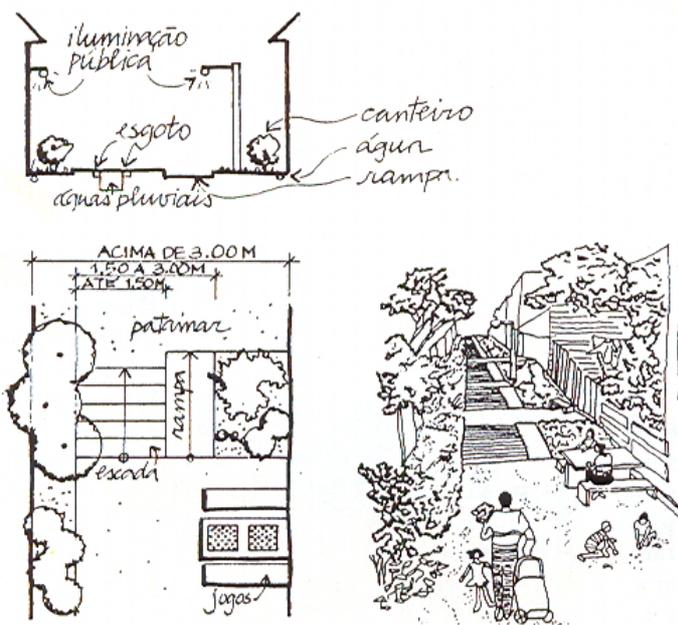
cimento do sentimento de afetividade dos moradores em relação ao lugar onde vivem. Alguns aspectos dessa paisagem foram ressaltados pelo seu caráter lúdico ou ainda como elementos simbólicos que remetem à origem rural de muitos de seus moradores. Além disso, é destacada a importância da arborização não apenas para o conforto ambiental das favelas mas também pela necessidade de reflorestamento de certas áreas para conter encostas e auxiliar a drenagem.

A preocupação com o meio ambiente traz inúmeras propostas "ecológicas", como biodigestores, energia alternativa, reciclagem de lixo e captação das águas pluviais. Aliás, é interessante notar a presença – em algumas equipes que apresentam essa visão "ecológica" em seus projetos – de profissionais que também participaram do programa "Rio Cidade" (encarregadas de propor intervenções em "bairros formais" do Rio), em que as propostas "alternativas" praticamente não existem. Nesse contexto, cabe deixar aqui a reflexão sobre o significado dessa associação estabelecida entre a cidade formal e os métodos alternativos. Poderíamos ser levados a compreender que a criatividade própria daqueles que tiveram de resolver sozinhos seus problemas de moradia faz a favela ser vista como um solo fértil para o desenvolvimento de inovações. Mas vale a pena, também, deixar a dúvida de que a imediata associação da favela com os processos "alternativos" poderia talvez conter resquícios camuflados de uma mentalidade segregacionista muito usada numa época em que, atrás do nome "alternativo", se escondiam, na verdade, formas de justificar má qualidade e baixo custo de certos empreendimentos, e em que o acesso das populações carentes às tecnologias formais não era prioritário.

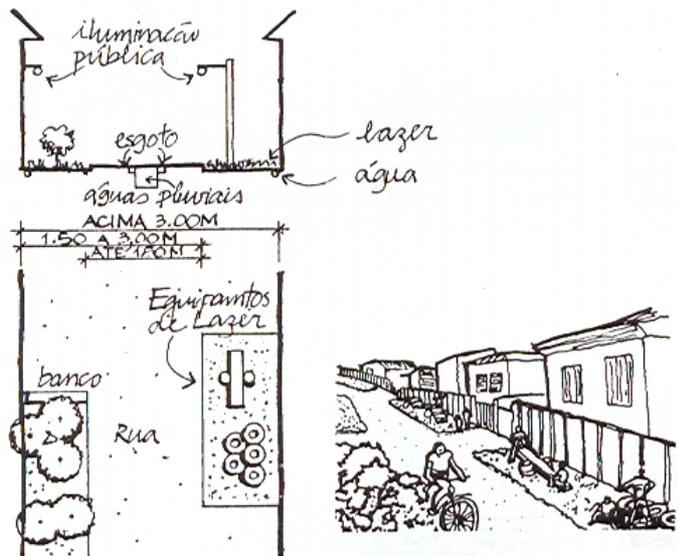
Infra-estrutura e serviços

Sabemos que, ao ser reconhecida como bairro oficial da cidade, a favela passará a ter direito de acesso aos serviços urbanos, como coleta de lixo, transporte coletivo e saneamento básico. No

VIAS DE PEDESTRE COM FORTE DECLIVIDADE



VIAS DE PEDESTRE COM DECLIVIDADE SUAVE



Equipe de Sandra Neves de Andrade: propostas para vias de pedestres, com forte declive e com declividade suave

entanto, a configuração dos espaços das favelas – com becos, vielas e ruas sinuosas ou íngremes – nem sempre permite a passagem de caminhões de lixo, ônibus etc. As soluções apresentadas pelas equipes para essa questão são criativas e merecem destaque. Enquanto algumas propõem o alargamento de ruas, com a possível verticalização de alguns de seus setores, outras apresentam propostas de coleta de lixo por meio de triciclos, motocicletas ou até de mulas, microônibus articulados, de 1,30 m de largura, e planos inclinados para o acesso às cotas mais elevadas.

Além disso, muitas propostas apresentam soluções bastante elaboradas no que diz respeito aos problemas de sa-

neamento básico, drenagem, iluminação pública, abastecimento e equipamentos comunitários.

Deve-se registrar que, surpreendentemente, apenas um pequeno número de equipes abordou questões relativas ao poder paralelo imposto por cartéis ligados ao tráfico de drogas ou ainda na importância das igrejas evangélicas e pentecostais, que se constituem em verdadeiras lideranças legítimas pela população, muitas vezes em detrimento das próprias associações de moradores.

Verifica-se ainda que o resultado do concurso Favela-Bairro revelou que os profissionais atuantes na área da habitação parecem cada vez mais conscientes de que as formas de morar na cidade formal diferem das maneiras de morar na cidade informal. Mostram-se dispostos a conhecer o universo cultural da favela e procuram usá-lo como base projetual.

Atualmente, enquanto algumas equipes começam a pôr em prática suas "fórmulas" de funcionamento os lados dessa enorme moeda multifacetada que é o Rio de Janeiro, já se pode verificar em um dos primeiros resultados do concurso foi o de estimular o debate, por parte da população de ambos os lados, a respeito do papel que a cidade informal tem na estrutura da cidade brasileira.

Ainda, acima de todas as críticas ou elogios ao programa, deve-se reconhecer a importância do poder público municipal no seu papel de articulador

de propostas que viabilizem o desenvolvimento social, assim como o acesso do cidadão a melhores condições de moradia. Entretanto, é preciso que se tenha em mente que a urbanização e regulamentação de favelas, apesar de representar um avanço inquestionável na mentalidade dos atores públicos, não pode ser vista como solução definitiva para o problema habitacional nem da cidade do Rio de Janeiro, nem do país em sua totalidade. A questão habitacional brasileira é um tema muito mais complexo, que toca em problemas profundos e exige séria revisão de conceitos políticos, econômicos e sociais

ARQ. CRISTIANE ROSE DUARTE